

## ***Moção***

### ***Campismo selvagem e Autocaravanismo na Costa Vicentina***

1. Considerando que grande parte da área do território se encontra inserido em Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, rede natura 2000 e reserva ecológica nacional, atestando assim os elevados valores ambientais e naturais que insere;
2. Considerando que o Território de Aljezur é propício à prática de modalidades ao ar livre e “dono” de paisagens únicas e de belezas convidativas à contemplação, marcantes pela tranquilidade dos sítios e da intimidade, somente quebrada pela força do mar desta costa;
3. Considerando que o impacto negativo da prática de campismo selvagem deixa marcas por demais prejudiciais ao território ao nível da sua imagem, mas também com um elevado impacto ambiental em zonas sensíveis;
4. Considerando ainda que esta imagem é contrária ao modelo de gestão pretendido para as áreas com elevada sensibilidade ecológica as quais se pretendem ordenadas, preservadas, limpas e acolhedoras;
5. Considerando que o território detém especificidades muito próprias que se regem pelas regras ditadas pelo plano de ordenamento do parque (POPNSACV) que urge ser revisto, atualizado e adequado;
6. Considerando que este Plano identifica como proibida a prática de campismo selvagem, seja ele em autocaravana, caravana, viaturas ou mesmo tendas;
7. Considerando ainda que esta postura é ainda acompanhada pelo regulamento municipal de campismo e autocaravanismo de Aljezur.
8. Considerando que ambos os instrumentos preveem a penalização de tal prática caso não esteja a mesma licenciada e determinando mesmo o POPNSACV a sua proibição em toda a área de Parque;
9. Considerando que esta prática, quando desenquadrada dos instrumentos acima descritos é punível com a aplicação de um auto de contraordenação, resultando numa coima após boa conclusão de processo;



Concluem e identificam os membros da Bancada do Partido Socialista, esta matéria como razão suficiente para a seguinte tomada de posição, enumerando cada um dos abaixo identificados como os principais problemas e proposta de ações na persecução de uma solução eficaz.

1. Representa um primeiro problema, o processo de contraordenação que além de moroso e sem eficácia imediata, revela-se infrutífero. Sendo mesmo uma referência para os praticantes desta modalidade que partilham entre eles as experiências vividas, em vários blogues ou redes sociais afirmando que, ainda que sejam sujeitos a uma fiscalização pelas entidades competentes, dali não advêm quaisquer consequências, tranquilizando os “prevaricadores” e “diminuindo” a ação das referidas entidades.
2. Urge por isto alterar o processo e conferir ao mesmo a eficácia de Multa que deverá ser paga na hora, invertendo desta feita o efeito atual, tornando mais eficaz a atividade fiscalizadora das várias entidades capacitadas para o efeito, a saber: GNR, UCC, Vigilantes do PNSACV e polícia marítima.
3. Ainda que, nalguns casos se possa fazer uma abordagem na regulamentação de trânsito e estacionamento de algumas viaturas utilizadas nesta prática, surge um segundo problema que nos remete para a inexistência de um pictograma perceptível ao nível do código da estrada que possa ser aplicado de forma clara e eficaz, enquanto adicional aos sinais de regulamentação de trânsito.
4. Por último e provavelmente o mais importante de todos, a necessidade de reforço na fiscalização com ações concertadas pelas 4 entidades capacitadas para o efeito, sendo fundamental para este objetivo a alteração para o pagamento de multas imediatas deixando o processo de auto de notícia.
5. Estes são os problemas identificados nesta matéria de modo a contrariar a tendência de utilização desregrada e as soluções de modo a criar regras e ações a serem implementadas para o solucionamento da proliferação da utilização da frente mar como um parque de campismo selvagem que trazem inevitavelmente com ele a existência de “provas menos agradáveis” da presença humana que deixam um impacto negativo no território. Vários são os relatos de utilizadores de percursos pedestres, como a Rota Vicentina, que reportam o elevado nível de



sujidade de alguns locais e que já obrigou à mobilização de voluntários para essas limpezas bem como a administração local.

Importa, no entanto, não focar a ação unicamente na ação repressiva, mas também encontrar e dotar o território de respostas alternativas que possam canalizar, regar e ordenar esta oferta turística. Ao longo dos últimos anos, várias foram as intenções de investimento que foram surgindo na área do município de Aljezur. Na verdade, nenhuma delas foi consequente até ao último mês de setembro em que finalmente foi dada luz verde a um investimento de uma Área de Serviço para Autocaravanas (ASA), após longos anos de processo. Os condicionamentos dos instrumentos do território não são ágeis na viabilização de projetos do género, muito devido à falta de tipificação de modelos de negócio e definição de áreas de pressão que acaba por resultar em respostas vagas e inconsequentes por parte das entidades que emitem os pareceres. Urge alterar esta situação. Não é concebível nem resultará de forma eficaz tudo o que acima expusemos se não forem criadas alternativas num território que apresenta uma costa com 40 km e onde existe um único parque de Campismo e um único espaço para se poder proceder às descargas de cassetes e águas sujas de autocaravanas.

*P(s) membros da Assembleia de Freguesia de Aljezur, do partido socialista*

*Hélio Diogo FERT Chaveira*

*A Assembleia de Freguesia de Aljezur delibera que:*

*Dar conhecimento desta Moção: Presidente da República, ao Sr. Primeiro-ministro, a todos os grupos parlamentares, Presidente da Assembleia Municipal, Presidente do Município de Aljezur, Associação de Freguesias do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, bem como ao órgão de Comunicação Social.*